
RECENSÕES

Política Educativa em Portugal. Educação, Desenvolvimento e Participação Política dos Professores

António Teodoro, 1994, Lisboa: Bertrand Editora, p. 347.

Este é um livro escrito em vários registos, onde o autor, António Teodoro, aparece, quase irresistivelmente, como pai, professor, sindicalista, político e cientista social. O peso dos dois últimos papéis permitem que encontremos colocados, lado ao lado, discursos «oficiais» e discursos «críticos» sobre a educação em Portugal.

É um livro muito rico em informação: sobretudo em informação sobre a política educativa em anos recentes (incluindo dados preciosos sobre os titulares dos cargos políticos no sector da educação entre 1974 e 1992), a qual foi recolhida na base de relatórios, legislação e debates realizados na Assembleia da República. Os quadros teóricos de referência e a bibliografia de suporte, abrangem obras publicadas tanto no mundo anglo-saxónico como no francofono.

É, citando o autor, um livro com uma «dupla problemática de fundo», onde se defende que: «i) a integração europeia de Portugal, ao tornar-se um *motor exógeno* do desenvolvimento, atribui, através do discurso político dominante na década de oitenta, um novo *mandato* à educação; ii) os professores assumem, cada vez mais, uma participação activa na vida política portuguesa» (pp. 21) (a voz sábia e ponderada de John Kenneth Galbraith é mobilizada em defesa da tese de que, hoje-

-em-dia - e cada vez mais - a ligação foucaultiana *pouvoir-savoir* faz aumentar «o poder dos professores»).

Qual é a natureza deste novo mandato? Que relação tem com a famigerada teoria (das etapas rostovianas) de modernização? Citando uma frase do próprio Michael Porter (alegadamente proferida durante a sua última visita a este país): «Portugal é um país onde existem tradicionais barreiras à mudança» (*O Público*, 17 de Maio de 1994). Implicará, então, o novo mandato que, como afirmou o sociólogo de educação Roger Dale (1982), «o homem tradicional torna-se (para os arautos da modernização) em homem obstáculo?»

Para responder a estas e outras questões, António Teodoro elabora três hipóteses de trabalho. Na sua nota de apresentação ao livro levanta a primeira hipótese:

Partindo da análise de uma multiplicidade de documentos, constata-se a emergência do discurso político sobre a prioridade educativa, embora com um propósito dominante distinto do prevalente na década de setenta: já não se aponta a democratização da educação como a finalidade primeira das políticas educativas mas antes a adequação do sistema educativo às necessidades da mo-

modernização da economia portuguesa, em função da sua integração na CEE e da construção do mercado único. Ou seja, a prioridade vai para a reforma do sistema de ensino, de forma a que este contribua decididamente para a elevação da qualificação dos recursos humanos (pp. 14).

Quais são as implicações da «mudança de rumo»? (isto é, da passagem da preocupação com a construção da escola democrática para a preocupação com a renovação da escola meritocrática?) Defendemos noutro trabalho (Stoer, Stoleroff e Correia, 1990) que, no domínio da educação, a década de 80 em Portugal foi marcada, em matéria de formação de recursos humanos qualificados (uma condição do processo de modernização), por uma nova tendência que chamámos «vocacionalista». Como se relaciona esta tendência com o chamado novo mandato? Por outras palavras, talvez fosse de considerar: i) se «as necessidades da modernização da economia portuguesa» implicam, necessariamente, a imposição de interesses baseados, sobretudo, na classe social (apontando para uma discrepância entre o discurso do mandato e a sua implementação?), e ii) se a integração do país na CE e a modernização da sua economia se relacionam, verdadeiramente, com as medidas da reforma educativa que têm sido adoptadas? Outras questões pertinentes poderiam ser: Até que ponto o discurso político sobre a prioridade educativa teve correspondência com o fornecimento das condições necessárias para a sua implementação? Como é que este «novo mandato» tem resistido à passagem do tempo? Pode falar-se ainda, ao nível do discurso, numa prioridade educativa?

A segunda hipótese de trabalho apresentada por António Teodoro no início do seu livro é a seguinte:

A Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada em 1986 na base de um amplo compromisso social e político, marcou toda a década de oitenta. Primeiro, pelo debate que gerou até estarem reunidas as condições que permitiram a sua elaboração e aprovação. Depois, encerrando o período da normalização, abriu uma nova fase na política educativa nacional centrada no propósito de realizar uma reforma global do sistema educativo. Procedendo a uma análise dos principais documentos sobre a reforma educativa, procura-se, neste trabalho, determinar os seus propósitos principais, que se inserem no processo contraditório de construção e de legitimação do Estado e pretendem estabelecer uma continuidade com a grande reforma dos anos setenta de Veiga Simão (pp. 14).

A concretização da «mudança de rumo» acima assinalada começa a tornar-se evidente a partir do «reinado» do Ministro Vítor Crespo e a primeira tentativa de lançar uma Lei de Bases. Em 1980/81, aquando do debate na Assembleia da República, Vítor Crespo defendeu, na base do programa do governo – «Estabilidade Democrática e Modernização da Sociedade» – que a modernização e definição da educação em Portugal deveriam assumir os padrões europeus, para se viabilizar «a libertação da sociedade civil». Declarava-se então que a prioridade era para uma educação (formação) adequada ao trabalho e para a inser-

ção no mundo laboral. Assim sendo, é de realçar o facto de que a Lei de Bases de 1986 surge, como é sabido, não como um documento de política educativa dos governos dos anos 80, mas como um documento que exprime, nas palavras de António Teodoro, «um amplo compromisso social e político» (e acrescentaria eu, ainda marcado – felizmente – pela mobilização educativa dos anos 70). O mesmo compromisso encontra-se, até certo ponto (e só até certo ponto – isto é, no princípio do seu processo de dinamização) na Reforma Educativa. De facto, pode defender-se que há subjacente duas formas de Estado diferentes: uma prefigurada na Lei de Bases e outra na Reforma Educativa:

A Lei de Bases do Sistema Educativo, pelo período em que foi elaborada e aprovada (1986), mas sobretudo pelo seu conteúdo, com as suas constantes referências ao texto constitucional e aos objectivos democratizadores da educação, é um ordenamento jurídico típico do que Boaventura S. Santos caracteriza de Estado Paralelo. A Reforma Educativa, não seguindo obrigatoriamente a Lei de Bases e, muitas vezes, revogando-a implicita ou explicitamente, insere-se já na construção do que Sousa Santos designa de Estado heterogêneo, onde os propósitos podem ser assumidos mais abertamente (pp. 142).

Temos assim, nesta complexidade, sinais do que temos vindo a chamar a *simultânea crise e consolidação da escola oficial em Portugal* (ver Stoer, 1995).

A terceira hipótese de trabalho desenvolvida por António Teodoro neste livro é a seguinte:

A reforma educativa, em Portugal como em outros países, tem significado a tentativa de consolidar tutelas diversas sobre os professores. Com o objectivo de conhecer melhor os professores, enquanto grupo profissional em busca de uma identidade, aborda-se a questão do poder dos professores nas sociedades modernas, através de um levantamento da sua participação nas principais instâncias democráticas do poder político (Câmaras Municipais, Assembleia da República e Governo). Constata-se que os professores têm vindo, progressivamente, a assumir um maior protagonismo na vida política, o que pode pronunciar mudanças no seu tradicional posicionamento de agentes de ensino, ou de funcionários de um poder em que não intervinham (pp. 14).

Além de registar, com satisfação, este acréscimo de protagonismo dos professores, torna-se pertinente perguntar como é que a identidade profissional dos professores influencia o seu protagonismo na vida política? Será que os professores entram «na política» doutra maneira? Quanto às mudanças no posicionamento tradicional dos professores, o trabalho de António Teodoro leva-nos a colocar as seguintes questões:

- i. qual a relação entre estas mudanças e o fenómeno de globalização, particularmente no que diz respeito às mudanças sentidas ao nível dos processos de trabalho?
- ii. quais as implicações dessas mudanças ao nível do sistema educativo e, mais particularmente, ao nível do estabelecimento escolar?

Do livro aqui em recensão conclui-se que:

(...) *pela abordagem dos paradoxos com que se debate, neste início da década de noventa, a reforma educativa, e apontam-se direcções de trabalho centrais para uma perspectiva alternativa que assuma a escola enquanto esfera pública democrática, entendida (e guardada) como um espaço da justiça e do interesse geral, e permita ao professor assumir a sua plena condição de intelectual, nas condições específicas do sistema escolar português, marcado por uma simultaneidade entre a crise e a consolidação da escola de massas (pp. 14-15).*

Os referidos paradoxos são:

(1) *Se a educação é um direito social e cultural, fazer a reforma em cada escola significa alargar e concretizar esse direito humano que, como tal, tem de ser considerado uma responsabilidade da comunidade organizada, ou seja, nas sociedades modernas, do Estado. Contudo, a prevalência do discurso neoliberal de menos Estado, mais mercado aponta para a diminuição da intervenção do Estado e a contenção das despesas públicas, logo para uma menor acumulação de capital social, deixando ao mercado a resposta também para os problemas sociais e culturais (pp. 265).*

A solução preconizada pelos neoliberais, como mostrou tão eficazmente Roger Dale no 2º número desta revista (Dale, 1994), sofre do seguinte defeito: na passagem de uma parte do fornecimento da educação para a chamada sociedade civil (normalmente confundida

pelos neoliberais com o mercado) acontece um deslize ao nível dos direitos. Isto é, o Estado-garante-dos-direitos perde eficácia na protecção/fiscalização desses mesmos direitos.

(2) *Nos documentos até agora divulgados insiste-se no conceito de mudanças instituídas, impostas pela administração à periferia, parecendo desconhecer-se que um tal conceito é incompatível com uma inovação real nas práticas educativas (...). O discurso político anuncia «uma nova relação da administração educativa central e regional com as escolas», com o propósito «de inverter a tradição centralista e burocrática, de acreditar numa ordem educativa fundada nos valores da liberdade, da autonomia, da participação, da acção individual e colectiva dos actores, da criatividade». Uma análise crítica da praxis da reforma (...) corrobora a afirmação de António Nóvoa de que «a reforma educativa pode ser vista como um esforço do Estado para adquirir uma maior legitimidade, nomeadamente na definição dos conteúdos curriculares, na configuração dos modelos de direcção das escolas e no controlo da profissão docente» (pp. 267-268).*

De facto, é preciso colocar a questão: como é que se explica que os professores das escolas do ensino básico e secundário estejam «ausentes» da reforma? Cabral Pinto, no artigo que abre este número da revista, sugere que o desmoronar do projecto de modernidade tirou o tapete debaixo dos pés dos professores. Isto é, recolocou na ordem do dia a questão-base da educação escolar: ensinar para quê? O discurso oficial, por outro lado, responde à ques-

tão dizendo que os próprios professores entraram numa crise de identidade, crise essa provocada pela sua condição de membros da «administração nacional» (do Estado). Assim, são considerados – embora isto não se possa dizer abertamente! – *burocratas viciados* que resistem à mudança e que defendem direitos conseguidos em vez de promover o risco de maior intervenção da «sociedade civil» no ensino e de maior responsabilização dos próprios professores. O Estado, ele próprio, assume-se como líder de um movimento para alargar (isto é, restringir) a base de poder nas escolas (promovendo dentro delas os interesses dos seus aliados da chamada sociedade civil), assim se mostrando nitidamente desconfiado dos professores, e especialmente das suas organizações, vendo-os como obstáculos ao processo de modernização. Assim, tenta ultrapassá-los forjando alianças (ainda muito precárias num país como Portugal) com alguns pais e outros agentes locais.

E os professores, como reagem? Como acima referimos, António Teodoro defende que mostram um protagonismo acrescido na vida política e que importa debruçar-se sobre o possível novo poder dos professores nas sociedades modernas. Além disso, defende que uma estratégia de mudança para os professores assentará no local, isto é, na inovação ao nível do estabelecimento de ensino: «Uma estratégia de mudança assente no *local* implica uma política da *condição docente*, na expressão de Lesourne, que conduza a uma *nova* autonomia dos professores, que tenha na escola a sua *territorialidade* dominante» (pp. 271; sublinhados no original).

Na nossa opinião, os professores do ensino básico e secundário não poderão desen-

volver sozinhos a sua própria renovação. Uma estratégia de mudança terá que promover articulações entre diferentes sectores do ensino, para não falar num novo posicionamento da escola perante a comunidade envolvente, especialmente numa época marcada pela dupla dinâmica de globalização/localização. Questões cujo aprofundamento certamente proporcionarão próximas oportunidades de reflexão. Entretanto, recomenda-se vivamente uma leitura cuidadosa deste livro de António Teodoro no qual se apontam e debatem algumas das questões mais relevantes hoje no campo da educação.

Bibliografia

- DALE, Roger (1982) «Aprender a ser...o quê? – Modelando a educação nas 'Sociedades em Desenvolvimento'», *Análise Psicológica*, 4, 2, 425-436.
- DALE, Roger (1994) «A Promoção do Mercado Educacional e a Polarização da Educação», *Educação, Sociedade & Culturas*, 2, 109-139.
- STOER, Stephen R., STOLEROFF, Alan D. e CORREIA, José Alberto (1990) «O Novo Vocacionalismo na Política Educativa em Portugal e a Reconstrução da Lógica da Acumulação», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 29, 11-53.
- STOER, Stephen R. (1995) «O Estado e as Políticas Educativas: uma proposta de mandato renovado para a Escola Democrática», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 41, 3-33.

STEVE STOER